

Ata nº 006/2017

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal os membros do Conselho Municipal da Previdência Social do Servidor Público-CMPSSP, Luciane Vogt, Carina Boeni, Gilmar Castanho, Deise Vogt, Luís Antônio Kleinubing e a Suplente Rosane Kunrath. Inicialmente a Presidente do Conselho Senhorita Luciane Vogt deu as boas vindas a todos e agradeceu a presença e de imediato, falou dos assuntos que serão deliberados nesta reunião: Leitura e aprovação da ata reunião anterior; Rentabilidade dos Investimentos e Meta Atuarial no Exercício de 2017; Carteira de Investimentos, Aplicações e Realocações de recursos, Compensação Previdenciária, DAIR, Cálculo Atuarial e Notificações Atuariais, Credenciamento de Fundos, Participação em Simpósio Previdenciário e assuntos gerais. Após a Presidente iniciou apresentando uma tabela com a Rentabilidade e a Meta Atuarial referentes ao mês de julho sendo que foi boa a rentabilidade no valor de R\$ 600.153,67 (seiscentos mil cento e cinquenta e três mil e sessenta e sete centavos) onde a mesma teve um percentual de 1,77% e a Meta no Período foi de 0,73% no ano. A rentabilidade total já acumula um valor de quase dois milhões e quatrocentos reais (R\$ 2.397.791,84), isto representa 7,5% de Meta anual e no período o IPCA+ 6% está em 4,93% e estamos com quase 152% da Meta Atuarial. Sendo que o Patrimônio aplicado no mês de julho é de R\$ 34.952.401,17 (Trinta e Quinhentos e Noventa e Três Seiscentos e doze com quarenta e oito Centavos) aplicados e ficando R\$ 1,00 (Um Real) na conta corrente. Também foi apresentada uma tabela da carteira de Investimentos sendo que o nosso é o IPCA+6% que até o mês de julho deu 0,24% e Chapada atingiu 1,77%. Sendo que foi apresentado o percentual de cada Benchmarks onde em ações o percentual é de 0,21% que é o CIELO do Banco do Brasil, totalizando R\$ 71.277, no IBX 0,08% totalizando R\$ 25.978; IDKA2 10,55% totalizando R\$ 3.685.475; IMAB-5 13,23% totalizando R\$ 4.575.583; IPCA 3,78% totalizando R\$ 1.305.919; IRF-M1 39,78% totalizando R\$ 13.762.842; IMA-B 9,82% totalizando R\$ 3.395.219; IMA GERAL 10,15% totalizando R\$ 3.511.144 e no CDI/SELIC 12,31% totalizando R\$ 4.259.174. Também foi apresentado os recursos aplicados por Instituição Financeira sendo que na Caixa Econômica Federal o percentual aplicado é de 38,74% totalizando o valor de R\$ 13.400,194,46 (Treze Milhões Quatrocentos Mil Cento e Noventa e Quatro Reais e Quarenta e Seis Centavos); no Banco do Brasil o percentual é de 34,01% totalizando um valor de R\$ 11.766.034,35 (Onze milhões Setecentos e Sessenta e

CONSELHO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO

CMPSSP - Chapada/RS

Seis Mil Trinta e Quatro Reais e Trinta e Cinco Centavos) e no Banco Banrisul o percentual de 27,25% totalizando R\$ 9.427.382,67 (Nove Milhões Quatrocentos e Vinte e Sete Mil Trezentos e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Sete Centavos). A Presidente ressaltou que o que se verifica é que os Fundos de longo prazo nos últimos dois meses renderam muito, sendo que a realocação que foi feita no final do mês de maio com o intuito de não perder dinheiro, na verdade o que se observa é que estamos deixando de ganhar mais, porque as previsões de que os IMAS ficariam bem voláteis não está se confirmando. No entanto disse que não é que estamos perdendo dinheiro, a aplicação que foi realizada no fundo IRFM1 rende menos, mas no ano até o momento está em 7,25%. Prosseguindo a Presidente questionou se algum membro teria alguma dúvida sobre os investimentos, neste sentido o Conselheiro Gilmar Castanho questionou sobre o pagamento das multas e juros referente ao atraso dos repasses no ano de 2016, que o Executivo deve para o Fundo, sendo que a Presidente disse que em conversa com o Prefeito Municipal na sexta feira, o Prefeito disse a ela que ainda não pensou o que vai fazer referente a esta questão. A Presidente ressaltou que deve ser refeito o cálculo para saber certo o valor devido e o prefeito pediu para aguardar para ver como se comportarão as receitas. No entanto a Presidente consultou os membros se o Conselho se manifesta ou não referente a esta questão, sendo que já foi encaminhado ofício ao executivo cobrando um posicionamento sobre esta questão e já constou no parecer final sobre o ano de 2016 que foi entregue ao Tribunal de Contas. Neste sentido ficou decidido que será aguardado até o próximo mês, caso o Prefeito não se manifeste aí sim se faz novamente uma correspondência solicitando que o mesmo encaminhe uma decisão por escrito e não verbal, para se ter um retorno sobre esta questão. Referente aos pagamentos do repasse de 2017, disse que todos estavam em dia. Em seguida a Presidente colocou que neste mês foi recebido dinheiro da compensação previdenciária e Cupon de Juros dos Fundos Caixa Brasil 2018 I e II que são fundos fechados, onde pagam um cupom de juros semestral em fevereiro e agosto. Sendo que foi recebido de Compensação o valor de R\$ 214.852,36 (Duzentos e Catorze Mil Oitocentos e Cinquenta e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos), sendo que no mês anterior foi pago R\$ 18.000,00 de compensação ao INSS e agora foi recebido este montante de R\$ 214 mil. No entanto a Presidente disse que em reunião com os membros do Comitê de Investimentos esse recurso foi aplicado no Fundo IMA-GERAL, pois em um curso que a Júlia, a Deise e o Luiz participaram, a indicação foi de aplicações neste fundo. A Consultoria também sugeriu que dinheiro novo pudesse, dentro de um percentual razoável, ser aplicado em IRFM, mas que

CONSELHO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO

CMPSSP - Chapada/RS

não se tirasse das atuais aplicações para colocar neste FI. Neste sentido disse que o RPPS não tem nem um Fundo IRFM credenciado e para não deixar o dinheiro parado até se fazer o credenciamento, foi aplicado no IMA Geral, porque primeiro deve-se credenciar os Fundos para depois poder aplicar. Disse ainda que o valor recebido do Cupon de Juros da Caixa foi de R\$ 46.418,79 (Quarenta e Seis Mil Quatrocentos e Dezoito Reais e Setenta e Nove Centavos), sendo que este valor foi aplicado no Fundo IDKA IPCA 2A da Caixa Econômica Federal. Após a Presidente disse que em reunião na tarde de ontem com o Comitê de Investimentos, fizeram uma proposta para credenciar os Fundos, onde este Conselho terá que aprovar ou não. Disse que na Caixa Econômica foram credenciados pelo Comitê os fundos: IMA GERAL, IRFM1+ e o IRFM; no Banco do Brasil será credenciado o IRFM PREVIDENCIÁRIO e no Banco Bannrisul disse que será credenciado o FOCO IRFM. Neste sentido consultou os Conselheiros se aprovam esses credenciamentos, sendo que foi aprovado por unanimidade. A Conselheira Deise disse que neste mês deveremos receber mais um valor da Compensação Previdenciária. Prosseguindo a Presidente ressaltou que com relação às informações que devem ser repassadas à Secretaria da Previdência, está tudo em dia. As informações referentes ao DAIR, que estavam em atraso no início do ano, sendo que até o mês de junho estão todos processados com sucesso, tudo atualizado no sistema do CADPREV. Também falou sobre a questão da Renda Variável, disse que o valor é pouco que temos aplicado, sendo que no Fundo CIELO o valor é de 71.276,00 e no IBX 50 tem o valor de R\$ 25.977,00. Ressaltou que este dinheiro está aplicado desde 2014 e na verdade se está com menos do que foi depositado. No entanto em conversa com o Comitê de Investimentos, os mesmos pensaram em aguardar e chegar ao valor daquilo que foi depositado quando iniciou-se a aplicação, e então resgatar e realocar em outra aplicação, uma vez que eles não estão rendendo muito bem, são muito voláteis. Em consulta aos Conselheiros ficou decidido que assim que chegar no valor que foi aplicado, os mesmos sejam realocados para Fundos que possam rentabilizar melhor. Referente ao Simpósio Previdenciário que a Julia, Deise e o Luiz participaram em Porto Alegre, onde foi tratada a questão do parcelamento da dívida previdenciária, sendo que destacou-se que existem municípios com dívidas grandes com o INSS e com os próprios RPPS, o que é uma questão preocupante. Neste sentido, os parcelamentos do RPPS de Chapada estão sendo pagos em dia. Prosseguindo reportou-se sobre a questão do Cálculo Atuarial em que a atuária Lucilia encaminhou o resultado. Recebemos duas notificações do CADPREV, pois agora o Ministério está pedindo para

CONSELHO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO

CMPSSP - Chapada/RS

mandar a base cadastral que foi usado nas três últimas avaliações (2015, 2016 e 2017). No entanto estão solicitando em uma tabela nova e não a mesma que a Atuária exige e agora a Servidora Deise está preenchendo tudo, porque não tem como copiar e colar, sendo que a base cadastral de 2015 precisa ser enviada até o fim de agosto. A outra Notificação é sobre a Lei das Alíquotas que terão que ser implementadas no ano que vem. A comprovação da aprovação desta Lei tem prazo de envio até o dia dezesseis de outubro, sendo que na semana que vem o Assessor Jurídico Dr. Gabriel disse que enviará para a Câmara o projeto. Em seguida a Presidente apresentou um Resumo do Cálculo Atuarial para entender como está à situação do nosso RPPS. Disse que a atuária Lucília destacou em primeiro lugar os Regimes Financeiros que é aquele recurso para pagar aposentadoria e pensão, é o que se tem obrigação de capitalizar ou seja depositar nos fundos e deixar render, e a parte de repartição simples que são os benefícios acessórios (auxílio doença, maternidade e reclusão), esses não se tem a obrigação de guardar quando sobra, pois não seria objetivo capitalizar, e por isso que a Lucília sempre sugere que a prefeitura deveria pagar isso diretamente, pois não é uma obrigação do RPPS, mas como consta na nossa Lei Municipal, o RPPS recebe da prefeitura e paga os benefícios acessórios. Colocou ainda sobre a população que é coberta pelo RPPS, sendo que até trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis foram 286 Servidores Ativos, 82 Inativos e 5 Pensionistas, totalizando 373 segurados. A arrecadação média mensal até esta data foi de 238.320,00 (Duzentos e Trinta e Oito Mil trezentos e Vinte Reais.) Referente aos Recursos do Regime Previdenciário, o resumo mostra quanto o Fundo tinha aplicado em trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis que era o valor de R\$ 31.146.302,83 (Trinta e Um Milhões Cento e Quarenta e Seis Mil Trezentos e Dois Reais e Oitenta e Três Centavos). Na conta corrente tinha o valor de R\$ 687.851,73 (Seiscentos e Oitenta e Sete Mil Oitocentos e Cinquenta e Um Reais e Setenta e Três Centavos) que era recurso referente às parcelas em atraso, que no final do ano o ente patronal repassou e não deu tempo de aplicar porque foi no último dia do ano e depois foi aplicado no início do mês de janeiro. A Dívida Fundada que consta são dois parcelamentos, sendo que ainda tem um saldo total de R\$ 371.681,90 (Trezentos e Setenta e Um Mil Seiscentos e Oitenta e Um Reais e Noventa Centavos). O total de recurso do regime previdenciário, no final do ano de 2016 era de R\$ 32.205.836,46 (Trinta e Dois Milhões Duzentos e Cinco Mil Oitocentos e Trinta e Seis Reais e quarenta e seis centavos). A Presidente colocou ainda que a Lucília fez uma previsão da Compensação Previdenciária a receber de R\$ 8.192.067,00 (Oito Milhões Cento e Noventa e

CONSELHO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO

CMPSSP - Chapada/RS

Dois Mil Sessenta e Sete Reais) e um montante de R\$ 2.259.022,00 (Dois Milhões Duzentos e Cinquenta e Nove Mil e Vinte e Dois Reais) a pagar. A Presidente ressaltou que nos anos anteriores não aparecia a compensação Previdenciária no cálculo atuarial e agora é obrigatório. Sobre a situação Econômica-Financeira do sistema previdenciário, as despesas previdenciárias, com benefícios concedidos e a conceder, incluindo a Compensação Previdenciária a pagar, totaliza R\$ 81.920.679,00 (Oitenta e Um Milhões Novecentos e Vinte Mil Reais Seiscentos e Setenta e Nove Reais). As Receitas previdenciárias que são a receita efetiva, ou seja, é o valor que já temos disponível, e a receita esperada, que são os valores das contribuições futuras, e além desses valores mais a compensação previdenciária, totalizam o valor de R\$ 56.965.800,46 (Cinquenta e Seis Milhões Novecentos e Sessenta e Cinco Mil Oitocentos Reais e Quarenta e Seis Centavos). O resultado atuarial é um déficit de R\$24.954.878,54 (Vinte e Quatro Milhões Novecentos e Cinquenta e Quatro Mil Oitocentos e Setenta e Oito Reais e Cinquenta e Quatro centavos). Consta na tabela a evolução do déficit desde o ano de dois mil e catorze, e esse valor de quase Vinte e cinco milhões deverá ser financiado através daquela alíquota suplementar que o Município tem que pagar além da normal, ou seja, a Prefeitura é que tem que colocar este dinheiro no Fundo amortizando o passivo. A Origem do Passivo Atuarial é justificado pelas Alíquotas Insuficientes desde a criação do Fundo, em 1990, que não eram suficientes e que deveriam ter sido maiores desde o começo; a Evolução das Remunerações; a Tábua Biométrica do IBGE; a Compensação Previdenciária a pagar e a Utilização indevida de Recursos. A Presidente salientou que a Lucília destacou a questão do uso indevido dos recursos no cálculo pois não sabe se isso acontece no nosso Fundo, mas que será previsto a partir de agora. A Alíquota Normal que será implementada a partir do ano que vem é de 27,96% , sendo que 11% é do Servidor e o restante 16,96% é a parte patronal. Sendo que 23,91% são para custear aposentadorias e pensão, sendo que a sobra deste dinheiro tem que ir para capitalização; a outra alíquota que fecha o total de 3,05% é para custear os benefícios acessórios e é este valor que temos que começar a acompanhar para averiguar se é o suficiente, no caso de faltar recurso para pagar estes benefícios, a prefeitura deverá complementar e não deve-se utilizar recurso referente aos outros benefícios, e 1% é da Taxa de Administração sendo que o valor é de R\$ 84.743,72 (Oitenta e Quatro Mil Setecentos e Quarenta e Três Mil e Setenta e Dois Centavos). A Presidente salientou que deveremos manter em contas separadas os recursos referentes aos benefícios acessórios, dos benefícios de aposentadoria e pensão, e da taxa de administração.

CONSELHO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO

CMPSSP - Chapada/RS

Serão três contas para fazer um controle dos gastos e evitar a utilização indevida citada no cálculo atuarial. No cálculo atuarial, foi feita uma recomendação para dar um destaque especial à evolução dos benefícios acessórios que apresentou um acréscimo em torno de 26,54%, sendo que o Auxílio Doença cresceu 33,23%. Também foi apresentado um quadro da evolução dos benefícios Acessórios, Salário Maternidade, Salário Família e Auxílio Reclusão onde de R\$ 212.922,58 (Duzentos e Doze Mil Novecentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Oito Centavos) no ano de dois mil e catorze, passaram no ano de 2016 para R\$ 285.682,07 (Duzentos e Oitenta e Cinco Mil Seiscentos e Oitenta e Dois Reais e Sete Centavos). Por isso que a sugestão da Lucilia a tempos é tirar esses benefícios acessórios da Lei do RPPS, mas o Assessor Jurídico da Prefeitura não aceita porque a DPM não dá parecer favorável, sendo que a prefeitura poderia economizar dinheiro, de acordo com a atuária. A Presidente disse que precisa ser feito um levantamento de quanto se contribuiu e de quanto foi gasto no ano de dois mil e dezesseis em virtude deste aumento de 33,23%. Referente à Taxa de Administração, não se pode gastar além do que é previsto, no caso 1% , mas se gastar além, tanto com despesas administrativas como com pagamento de benefícios acessórios, quem deve pagar é a Prefeitura e não o fundo, porque não pode ser tirado dinheiro que está capitalizando. Esta questão está prevista na Portaria MPS nº 402. Sobre a Gestão Financeira, disse que cada recurso deve ser usado exclusivamente para o que ele é destinado, onde é recomendado um controle administrativo e contábil ou a abertura de contas bancárias diferentes para receber e gerenciar os recursos provenientes das alíquotas de contribuição. Este procedimento busca evitar a criação de déficit atuarial ocasionado pela apropriação indevida de recursos com destinação específica. Quanto ao Equilíbrio Técnico-Econômico do Sistema, a Alíquota Normal de Custeio que deverá ser implementada a partir do ano que vem é de 27,96%, que é os 11% do Servidor mais os 16,96% da prefeitura; e para amortizar os quase vinte e cinco milhões de déficit atuarial, a prefeitura tem que pagar uma alíquota complementar de 13,48%, sendo que a Alíquota Total de Equilíbrio, em 2018, é de 41,44% e neste ano de 2017 a Alíquota total é de 38,94%. A Alíquota normal da prefeitura aumentou 0,52%, não foi muito mas a suplementar é que preocupa que passará de 11,05% em 2017 para 13,48% em 2018. Também foi apresentada a evolução do Sistema Previdenciário no período de dois mil e catorze a dois mil e dezesseis, sendo que o crescimento do Ativo Previdenciário foi de 37,41% e do Passivo Previdenciário foi de 39,54% , isso comprova porque sempre estamos no negativo, ou seja, que temos déficit no RPPS. O índice de cobertura é de 0,70% . Também foi

CONSELHO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO

CMPSSP - Chapada/RS

apresentada a evolução do fundo de capitalização no período de dois mil e catorze a dois mil e dezesseis, sendo que era de R\$23.597.067,19 em 31.12.2014, e de R\$31.834.154,56 em 31.12.2016. A taxa de retorno do fundo de capitalização em 2016 foi de 15,97%, que representa um valor de R\$4.274.747,26. A evolução da rentabilidade do Fundo de Capitalização, ou seja, a taxa de retorno em dois mil e catorze foi de 11,22%, em dois mil e quinze de 12,07% . Se for feita uma média, mesmo contando com o ano de dois mil e treze o qual foi ruim, sempre foi mantida uma média de rentabilidade acima do que era a meta atuarial, mas esta rentabilidade não é suficiente porque o que é capitalizado não supera o que a despesa aumenta, e para se empatar teria que se conseguir uma rentabilidade que fizesse frente a qualquer despesa e isso não se consegue, sendo que por mais que se atinja a meta ainda não chega para se complementar as despesas. Também foi apresentada uma tabela onde consta o resultado apresentado pelas avaliações atuarias nos três últimos anos. Também foi apresentada a Meta atuarial da Política de Investimentos Projetada para 2016 que era de 6,00 +6,29% sendo um total de 12,29% e a Política de Investimentos que foi Atingida 6,00+9,97% totalizando 15,97%. Essa então é a situação do RPPS de Chapada com data base de trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis. A Presidente Luciane falou ainda que na próxima reunião será apresentada a proposta da Política de Investimentos para 2018, disse ainda que parece que haverá algumas mudanças na Resolução, para alterar os limites de investimentos, segundo o que foi comentado em um evento que participaram, mas que até o momento não há nada oficial. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente agradeceu a presença dos conselheiros do Fundo e dos membros do Comitê de Investimentos e deu por encerrada a presente reunião que vai assinada por mim e demais membros.

Carina Balmi
Rosane M. Kumath, DM